

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2026

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2026

Licitação para: Contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação para a prestação de serviços de cessão de uso de software, destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços para as compras públicas, visando atender às necessidades.

Empresa Impugnante: NEXUS ASSESSORIA E CONSULTORIA

CNPJ: 22.574.161/0001-21

Endereço: RUA RAUL COELHO, 65, CIDADE NOVA, CAPELINHA, MG, 39683-076

Representante Legal: Alexandre Fernandes Macedo

A empresa NEXUS ASSESSORIA E CONSULTORIA, já devidamente qualificada, por seu Representante Legal infra-assinado, no uso de suas faculdades legais e com fulcro na Lei nº 14.133/2021, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** acima citado.

I - DOS FATOS

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software, destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços para compras públicas.

Ao analisar o Edital em questão, com especial atenção ao Anexo I – Termo de Referência, verifica-se que as Cláusulas Primeira, itens c) e d), nas páginas 18 e 19, estabelecem exigências que, em nosso entender, **restringem indevidamente a competitividade do certame**.

O item c) determina que "Todos os custos relacionados ao deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, materiais, equipamentos complementares, pessoal técnico e demais despesas necessárias para a realização da apresentação e demonstração correrão exclusivamente por conta da empresa fornecedora, sem qualquer ônus adicional ao Município."

O item d) dispõe que "Caberá ao Município disponibilizar o espaço físico necessário para a realização da apresentação, bem como os equipamentos básicos disponíveis no local, tais como mesas, cadeiras, energia elétrica, acesso à internet e projetor multimídia, quando houver disponibilidade."

A conjugação destes dispositivos revela uma clara diretriz para a realização de uma Prova de Conceito (PoC) ou demonstração presencial.

Contudo, **a natureza do objeto licitado – contratação de sistema web – não justifica**, tecnicamente, a obrigatoriedade de tal procedimento presencial. Em um cenário de avanço tecnológico e considerando a natureza do serviço (software web), existem diversas formas online e remotas que permitem a apresentação e demonstração eficazes das funcionalidades do sistema, sem a necessidade de deslocamento físico.

A exigência de demonstração presencial, com a consequente assunção de todos os custos por parte das empresas licitantes, impõe um ônus desnecessário e desproporcional, especialmente para empresas sediadas em diferentes regiões do país, o que, de fato, frustra o caráter competitivo da licitação e obstaculiza a ampla participação de potenciais interessados.

II - DO DIREITO

II.1. DA NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, em seu **Art. 5º**, estabelece os princípios que devem nortear a Administração Pública em seus processos licitatórios:

Art. 5º A **Administração Pública** tem o dever de **planejar** as suas contratações, com objetivo de **assegurar a seleção da proposta apta a** atender à necessidade por ela **demandada** e a **contratação** que atenda ao interesse público, devendo **observar**:

I - o **planejamento** da contratação;

II - a **descrição** suficiente e **precisa do objeto** da contratação para **evitar** ambiguidades e **fraudes**;

III - a **motivação** de todos os **atos e decisões** adotadas no processo de contratação;

IV – a **previsão** na fase preparatória, na **divulgação** dos atos e **na sua execução**, com o **objetivo de** permitir a **participação** dessas empresas;

V - a **igualdade** entre os licitantes e a **vinculação ao edital** e às **propostas**;

VI - a **eficiência**, a **economicidade** e a **boa gestão**;

VII - a **impressoalidade**;

VIII - a **moralidade**;

IX - a **busca pelo trato mais vantajoso** para a Administração;

X - a **promoção** da **competição**, coma **observância** da **isonomia** entre os licitantes;

XI - a **prevenção de** concentração de mercado;

XII - a **ordenação** do **processo licitatório** e a **evitação** de **formalismo** excessivo;

XIII - a **promoção do desenvolvimento nacional** sustentável.

Neste sentido, a exigência de demonstração presencial, com ônus de deslocamento, hospedagem e alimentação para os licitantes, sem uma justificativa técnica robusta e proporcional à natureza do objeto – software web – viola o **princípio da promoção da competição** e da **isonomia**, previstos nos incisos IV e X do **Art. 5º** da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública tem o dever de fundamentar tecnicamente quaisquer exigências com potencial de restringir o universo de competidores, conforme destaca o Acórdão 2407/2006 - TCU - Plenário, ao dispor que:

"A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores,"

O fato de o **objeto ser um sistema web**, acessível remotamente, **torna a exigência de apresentação presencial um entrave à competitividade**, pois impõe barreiras desnecessárias à participação de empresas de diversas localidades do país.

Como salientado, a tecnologia atual permite a realização de provas de conceito de forma online, garantindo a mesma efetividade sem gerar custos adicionais e desproporcionais aos licitantes.

Ademais, a Súmula-TCU 177 ressalta a importância da clareza e suficiência na definição do objeto licitado como regra indispensável à competição:

Súmula - TCU 177

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.”

No presente caso, a exigência de demonstração presencial não agrega valor técnico à análise do software web, mas sim cria um óbice à participação, contrariando o objetivo de se obter a proposta mais vantajosa, nos termos do **Art. 5º, IX**, da Lei nº 14.133/2021.

II.2. DA RESTRICÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE E AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME

A imposição de custos de deslocamento, hospedagem e alimentação para a demonstração de um sistema web, que por sua natureza pode ser apresentado remotamente, restringe o caráter competitivo do certame.

Tal exigência pode levar à desistência de empresas que, embora qualificadas e com soluções adequadas, não possuem recursos para arcar com tais despesas, ou que consideram o ônus excessivo.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente se posicionado no sentido de que exigências editalícias devem ser pautadas pela razoabilidade e pela necessidade técnica, sob pena de violarem os princípios da competitividade e da isonomia. O Acórdão 1262/2020 - TCU - Plenário, ao tratar de contratações de serviços, estabelece:

"Na contratação de prestação de serviços em que, pelas características do objeto, seja adotada a remuneração por horas trabalhadas, em detrimento da remuneração por resultados ou produtos, a Administração deve providenciar o detalhamento do grau ...as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos."

Embora o trecho acima se refira à remuneração, a premissa de que a excepcionalidade de uma exigência deve ser prévia e adequadamente justificada nos processos administrativos **é plenamente aplicável à exigência de demonstração presencial de um software web.**

A Administração não apresentou, no edital, qualquer justificativa técnica que fundamente a necessidade de tal presencialidade para a correta avaliação do objeto licitado.

Ao contrário, a própria natureza do objeto (sistema web) sugere a adequação de métodos de demonstração remota.

Ignorar as facilidades proporcionadas pela tecnologia e impor uma demonstração presencial, com todos os custos associados, representa uma barreira artificial à participação, contrariando o objetivo de maximizar a competição e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a esta Douta Comissão:

1. O recebimento e processamento da presente Impugnação ao Edital;
2. A reforma da Cláusula Primeira, itens c) e d), do Anexo I – Termo de Referência, do Edital nº 090033/2026, para que a demonstração e Prova de Conceito do software possam ser realizadas de forma remota, utilizando-se as tecnologias disponíveis, sem a imposição de custos de deslocamento, hospedagem e alimentação às empresas licitantes;
3. Subsidiariamente, caso seja mantida a necessidade de demonstração, que a Administração Pública ofereça as condições e suporte necessários para tal demonstração, minimizando os ônus às licitantes, ou que sejam apresentados os fundamentos técnicos que justifiquem a presencialidade e a necessidade de as empresas arcarem integralmente com os custos.

Por ser medida de Justiça, espera e pede deferimento.

Capelinha/MG, 17 de junho de 2026

ALEXANDRE FERNANDES
MACEDO:06725796699

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
FERNANDES MACEDO:06725796699
Dados: 2026.06.17 15:09:32 -03'00'

Alexandre Fernandes Macedo
Representante Legal
NEXUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA